



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO N. 22/2018.

TERMO ADITIVO N. 08 AO CONTRATO N. 22/2018
(evento [0340789](#))

PROCESSO SEI N. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2018

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9552600 – SSP/SP e do CPF nº. 006.734.148-92, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, com sede na SCS quadra 01, Bloco G, Nº 30, Sala 1108, Parte B, Edifício Baracat - ASA SUL - Brasília/DF, CEP: 70.309-900, Telefone(s): (61) 3037-2281 / 98185-2563, e E-mail(s): loliveira@eacegroup.com, neste ato representada pelo Senhor **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. RNE V871147Q – Delemig e do CPF nº. 702.506.901-95, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 19/ASSPRES, de 30/03/2022 (evento [0807560](#)) e nos termos da Solicitação 26/SEMAP (evento [0804332](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

I – **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 45** (quarenta e cinco) **dias corridos**, a contar de 01/04/2022 e data final em 15/05/2022, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I e deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução deste presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** **deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, da Lei nº 8.666/93, e na **CLÁUSULA QUARTA**, *caput* e Subcláusula Quarta, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 31 de março de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo Contratante	LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 08 AO CONTRATO N. 22/2018/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

1. Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão em relação ao valor inicial do contrato já efetivados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 22/2018 (assinado em 01/10/2018) – Volume VI do PA (evento 0340789). a) Prazo de Vigência de 255 dias corridos, a contar de 01/10/2018 até 13/06/2019; e b) Prazo de Execução de 165 dias corridos, a contar de 16/10/2018 até 30/03/2019. Valor inicial: R\$ 127.720,50	R\$ 127.720,50	-
1º Termo Aditivo (assinado em 13/06/2019) – Volume VII do PA (evento 0423885): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 14/06/2019 até 10/12/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 31/03/2019 até 26/09/2019), sem ônus para o Contratante.	-	-
2º Termo Aditivo (assinado em 04/12/2019) – Volume VIII do PA (evento 0483952): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 11/12/2019 até 07/06/2020), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução por mais 180 dias corridos (a contar 27/09/2019 até 24/03/2020), sem ônus para o Contratante.		
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020) – Volume IX do PA (evento 0526404):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 08/06/2020 até 04/12/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 25/03/2020 até 20/09/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>4º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2020) – Volume X do PA (evento 0627949):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 05/12/2020 até 02/06/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 21/09/2020 até 19/03/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>5º Termo Aditivo (assinado em 02/06/2021) – Volume XII do PA (evento 0697746):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 111 dias corridos, a contar de 03/06/2021 até 21/09/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 141 dias corridos, a contar 20/03/2021 até</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07/08/2021), sem ônus para o Contratante.		
<p>6º Termo Aditivo (assinado em 22/09/2021) – Volume XIII do PA (evento 0740932):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 131 dias corridos, a contar de 22/09/2021 até 30/01/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 145 dias corridos, a contar 08/08/2021 até 30/12/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>7º Termo Aditivo (assinado em 29/01/2022) – Volume XIV do PA (evento 0784695):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 60 dias corridos, a contar de 31/01/2022 até 31/03/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 45 dias corridos, a contar 31/12/2021 até 13/02/2022), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>8º Termo Aditivo (assinado em __/__/2022) – Volume XV do PA (evento 0809087):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 45 dias corridos, a contar de 01/04/2022 até 15/05/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAIS CÔMPUTOS DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 127.720,50
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 31/03/2022, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/03/2022, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 31/03/2022, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0809087** e o código CRC **C959C3A3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 022/2018 – Objeto: FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM.

Minuta de Termo Aditivo nº 8. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 47 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

02. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA. firmaram o Contrato 022/2018 ([0340789](#)), prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos nº 1 ([0423885](#)), nº 2 ([0483952](#)), nº 3 ([0526404](#)) e nº 4 ([0627949](#)), nº 5 ([0697746](#)), nº 6 ([0740932](#)) e n. 7 ([0784695](#)). Neste último, o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram diferidos para 31/03/2022 e 13/2/2022, respectivamente.

03. No evento [0805154](#), verifica-se que, em decorrência da proximidade da expiração do instrumento contratual, a unidade gestora (Seção de Manutenção Predial – SEMAP), por meio de e-mail, solicitou a manifestação da empresa contratada quanto a intenção de prorrogação do prazo de vigência do contrato citado por mais 45 (quarenta e cinco) dias. A qual, por sua vez, concordou com a dilação do referidos prazo ([0805154](#)).

04. Conforme Solicitação n. 26/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0804332](#)), a SEMAP informou ao Secretário da SAOFC que a empresa EACE enviou em 21/03/2022 um link com diversos documentos, conforme evento [0804040](#). Que não dará tempo concluir a análise da documentação dentro do prazo de vigência atual do Contrato nº 22/2018, considerando as eventuais necessidades de complementação e ajustes de documentos para concluir o tramite de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento. Assim, solicitou a prorrogação apenas do prazo de vigência, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, com início em 1/4/2022 e término em 15/5/2022. Informa, por fim, que a presente prorrogação não gerará ônus ao TRE-RO.

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Despacho 495/PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0804573](#)).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 8º Termo Aditivo ao Contrato n. 022/2018 ([0804795](#)). É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Solicitação 26/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0804332](#)), a prorrogação pretendida é necessária para a análise da documentação apresentada.

08. Verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0340789](#)) com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação pelas razões acima expostas.

09. O Contrato n. 022/2018 ([0340789](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

10. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

11. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

12. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

III – CONCLUSÃO

13. Nesses termos, considerando, sobretudo, a solicitação da SEMAP, esta unidade jurídica opina pela **prorrogação do prazo de vigência do ajuste, por mais 45 (quarenta e cinco) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018.

14. Quanto à minuta do **Oitavo Termo Aditivo** juntada ([0804795](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 23/03/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 23/03/2022, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0804879** e o código CRC **5664227D**.

0001552-45.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Prorrogação contratual.

DECISÃO Nº 19 / 2022 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Trata o feito da gestão do contrato firmado com a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENGENHARIA LTDA, para prestação de serviços técnicos de engenharia na execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM, contratados por este Tribunal para a construção de sua nova sede e do novo fórum eleitoral da capital, conforme contrato n. 22/2018 ([0340789](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca da prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência do término e a pendência de análise de documentação referente ao respectivo objeto, o que foi aceito pela empresa contratada ([0804332](#) e [0805154](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pela prorrogação proposta, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do já citado instrumento contratual ([0804879](#)). Na oportunidade, também aprovou a minuta do oitavo termo aditivo, juntada no evento [0804795](#).

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente ([0805296](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação dos prazos de vigência e de execução ([0805392](#)).

É o relatório.

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 22/2018, pactuado entre este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA em 1º/10/2018 ([0340789](#)).

Como mencionado pela Semap ([0804332](#)), há documentos pendentes de análise, referentes aos serviços prestados pela empresa contratada, não sendo possível a conclusão da referida análise dentro do prazo de vigência do contrato.

Conforme consignado pela DG, é necessária a concessão de um novo período para a execução completa da apuração das horas executadas, de forma a proporcionar os pagamentos das horas demonstradas e comprovadas pela contratada.

Dessa forma, há justificativa para o deferimento do pedido. A situação enquadra-se na hipótese do art. 57, § 1º, V, da Lei das Licitações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

(...)

Além disso, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula quarta e respectiva subcláusula terceira, conforme segue:

CLÁUSULA QUARTA – Este Contrato terá a vigência de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias a partir da assinatura do contrato, compreendendo as providências iniciais, o período de execução e o prazo adicional de 90 (noventa) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato, podendo vir a ser prorrogado com fulcro no Artigo 57, § 1º, da Lei 8.666/93.

(...)

Subcláusula Terceira – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente autuados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei n. 8.666/93.

(...)

A proposta é que o prazo de vigência do contrato n. 22/2018 seja prorrogado até 15 de maio de 2022. A Semap aduz não ser necessária a prorrogação do prazo de execução.

Com estas considerações, acolhendo o Parecer Jurídico da AJDG ([0804879](#)), a Manifestação da SAOFC ([0805296](#)) e a Manifestação da Diretoria-Geral ([0805392](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 22/2018 ([0340789](#)), por quarenta e cinco dias corridos, a contar de 1º/4/2022 e data final em 15/5/2022, sem ônus para este Tribunal, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93 e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula 3ª
do Contrato Originário; e

b) DETERMINO a
notificação da empresa contratada para renovação da
garantia contratual apresentada anteriormente,
no prazo máximo de dez dias úteis a contar da
assinatura do aditivo contratual, observadas todas as
condições, prazos e valores constantes no contrato inicial,
com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93](#) c/c
Cláusula Sexta do Contrato Originário.

À Diretoria-Geral, para ciência e acompanhamento.

Cumpra-se.

Porto Velho, 29 de março de 2022.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 30/03/2022, às 22:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0807560** e o código CRC **0CD9A889**.